

**Buriti Energia S.A.**

CNPJ 05.216.699/0001-45

**Demonstrações Contábeis - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2015 e 2014** (Em milhares de Reais)

**Manifestação da Administração:** Os membros do Conselho de Administração da **Buriti Energia S.A.**, com sede na BR 163, S/N, KM 877,5, Cachoeira da Serra, no município de Altamira-PA, no uso das suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a demonstração do Resultado do Exercício,

a Demonstração das Mutações do patrimônio Líquido e a Demonstração dos fluxos de caixa referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, e considerando o parecer dos Auditores Independentes, aprovam os referidos documentos, autorizam a publicação das referidas demonstrações contábeis na forma da lei e

propõe sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia. **Edmundo José Rodrigues Neto** - Presidente do Conselho de Administração. **Natalino Bertin** - Vice-Presidente do Conselho de Administração. **Fabiola Cassia de Noronha Sampaio** - Conselheira. **Silmar Roberto Bertin** - Conselheiro.

Balanços Patrimoniais			Balanços Patrimoniais			Demonstrações do Resultado			
	Nota	2015	Nota	2015	2014		Nota	2015	2014
<b>Ativo/Circulante</b>		<b>4.597</b>		<b>7.420</b>		<b>Receita líquida</b>	15	12.296	11.589
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.551		5.487		Custos	16	(5.024)	(4.231)
Clientes	5	910		1.065		Lucro bruto		7.272	7.358
Impostos a recuperar	6	30		30		<b>(-) Despesas operacionais</b>		<b>(3.056)</b>	<b>(2.258)</b>
Adiantamentos a fornecedores	7	101		837		Despesas administrativas	17	(1.582)	(2.415)
Outras contas a receber		5		1		Despesas com pessoal		(376)	(746)
<b>Não circulante</b>		<b>83.940</b>		<b>90.328</b>		Depreciação e amortização		(38)	(21)
Partes relacionadas	8	20.748		22.960		Despesas indedutíveis	18	(1.060)	924
Impostos a recuperar	6	1.317		2.450		<b>Resultado antes das receitas financeiras e impostos</b>		<b>4.216</b>	<b>5.100</b>
Depósitos vinculados		13		12		Resultado financeiro	19	(956)	(997)
Imobilizado	9	61.862		64.906		<b>Resultado antes dos impostos</b>		<b>3.260</b>	<b>4.103</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>88.537</b>		<b>97.748</b>		<b>Efeitos tributários:</b>	20	<b>(904)</b>	<b>(668)</b>
						Imposto de renda corrente e diferido		(658)	(487)
						Contribuição social corrente e diferido		(246)	(181)
						<b>Lucro do exercício</b>		<b>2.356</b>	<b>3.435</b>
						<b>Lucro por ação de capital no final do exercício</b>		<b>0,45</b>	<b>0,66</b>

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido		Capital social	Reserva de	Reserva	Prejuízos/lucros	
		integralizado	incentivos fiscais	legal	acumulados	Total
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>		<b>5.209</b>	<b>27.168</b>	<b>193</b>	<b>(10.515)</b>	<b>22.055</b>
Resultado do exercício		-	-	-	3.435	3.435
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>5.209</b>	<b>27.168</b>	<b>193</b>	<b>(7.080)</b>	<b>25.490</b>
Resultado do exercício de 2015		-	-	-	2.356	2.356
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>		<b>5.209</b>	<b>27.168</b>	<b>193</b>	<b>(4.724)</b>	<b>27.846</b>

**Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis**

**1. Contexto operacional:** A Companhia foi constituída em julho de 2002, tendo como objeto social a exploração de concessão de serviços públicos e privados de transmissão relativos à linha de energia elétrica e instalação de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), à prestação de serviços públicos ou privados na área de Energia Elétrica e serviços acessórios ou correlatos, podendo administrar e/ou incorporar outros sistemas de energia, prestar serviços técnicos de sua especialidade e praticar os demais atos à concessão de seu objetivo. Além disso, a Companhia tem como objeto social também a participação em outras sociedades, como sócia, quotista ou acionista, bem como a Administração de bens próprios. A Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Buriti Energia S.A., localizada na Cidade de Altamira - PA, Km 877,5 da BR 163, em Salto do Curuá, tem como atividades a transmissão e a comercialização de energia elétrica, e possui capacidade de produção de 10 MWh, sendo duas Unidades Geradoras de 5 MWh cada. Suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia (MME). A Companhia vende a totalidade de energia produzida para as Centrais Elétricas do Pará S.A - Celpa, que está em processo de recuperação judicial. **2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis:** **2.1. Apresentação das demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e nas normas estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL). Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, determinações de provisões para imposto de renda e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. As presentes demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 14 de novembro de 2016. **3. Principais práticas contábeis adotadas:** As principais práticas contábeis que foram adotadas na elaboração das referidas demonstrações contábeis e estão descritas a seguir: **3.1. Base de preparação:** As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção das aplicações financeiras, que são mensuradas pelo valor justo através do resultado. **3.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. **3.3. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis está de acordo com os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e requer que a Administração da Companhia utilize estimativa e adote premissas objetivas e subjetivas para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos afetados. Os resultados reais podem divergir destas estimativas. As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. **3.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco

insignificante de mudança de valor e limites utilizados de conta garantida. O saldo utilizado de contas garantidas inclui-se em empréstimos no passivo circulante do balanço, e compõe o saldo de caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração dos fluxos de caixa.

**3.5. Instrumentos financeiros: Classificação e mensuração:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo através do resultado, empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. **Empréstimos e recebíveis:** Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os empréstimos a coligadas, contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva. **Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são classificados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma outra categoria. Eles são incluídos em ativos não circulantes, a menos que a Administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda são contabilizados pelo valor justo. Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados com o uso do método da taxa de juros efetiva, são reconhecidos na demonstração do resultado como receitas financeiras. A parcela correspondente à variação no valor justo é lançada contra patrimônio líquido, na conta ajustes de avaliação patrimonial, sendo realizada contra resultado quando da sua liquidação ou por perda considerada permanente (*impairment*). **Valor justo:** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está registrado por valor acima de seu valor recuperável (*impairment*). Se houver alguma evidência para os ativos financeiros disponíveis para venda, a perda cumulativa - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por "*impairment*" desse ativo financeiro previamente reconhecida no resultado - é retirada do patrimônio e reconhecida na demonstração do resultado. **3.6. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes são avaliadas no momento inicial pelo valor presente e deduzidas da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa. A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. **3.7. Depósitos judiciais:** Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate dos depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a Companhia. **3.8. Impostos diferidos:** Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, cré-

Demonstrações do Resultado Abrangente		
	2015	2014
Resultado do exercício	2.356	3.435
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>	<b>2.356</b>	<b>3.435</b>
Total do resultado abrangente atribuível aos:		
Acionistas	2.356	3.435
	<b>2.356</b>	<b>3.435</b>

**Demonstrações dos Fluxos de Caixa**

	2015	2014
<b>Resultado do exercício</b>	<b>2.356</b>	<b>3.435</b>
<b>Itens que não afetam o caixa operacional</b>	<b>6.501</b>	<b>6.784</b>
Depreciação e amortização	3.378	3.349
Provisões para perdas de crédito	767	-
<b>Aumento e diminuição das contas do ativo e passivo</b>		
Clientes	155	216
Impostos a recuperar	1.133	1.096
Outras contas a receber	(4)	(2)
Adiantamentos a fornecedores	(31)	(66)
Depósitos vinculados	(1)	455
Fornecedores e empreiteiros	38	28
Obrigações trabalhistas	(37)	86
Obrigações tributárias	904	441
Outras contas a pagar	(622)	(1.311)
<b>Caixa líquido das atividades operacionais</b>	<b>1.535</b>	<b>943</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicação no imobilizado	(334)	(152)
<b>Caixa líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(334)</b>	<b>(152)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Variação dos empréstimos	(4.157)	(4.201)
Variação em partes relacionadas	(5.481)	(4.537)
<b>Caixa líquido das atividades de financiamentos</b>	<b>(9.638)</b>	<b>(8.738)</b>
<b>Aumento/(redução) no saldo de caixa e equivalentes</b>	<b>(1.936)</b>	<b>(1.163)</b>
Caixa no início do exercício	5.487	6.650
Caixa no final do exercício	3.551	5.487
<b>Aumento/(redução) no saldo de caixa e equivalentes</b>	<b>(1.936)</b>	<b>(1.163)</b>

ditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são revisados a cada data de elaboração das demonstrações contábeis e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. **3.9. Imobilizado:** Os itens de ativo imobilizado são mensurados ao custo menos as depreciações acumuladas e provisões ao valor recuperável do ativo, quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria Companhia incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos no projeto em construção ou formação destes ativos, assim como quaisquer outros custos diretamente atribuíveis a este ativo até que este esteja em condições de ser utilizado para seus fins. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota Explicativa nº 9. Os terrenos não são depreciados. Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado. Quando os ativos reavaliados são vendidos, os valores incluídos na reserva de reavaliação são transferidos para lucros acumulados. Os custos dos encargos sobre empréstimos tomados para financiar a construção do imobilizado são capitalizados durante o período necessário para executar e preparar o ativo para o uso pretendido. Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais renovações é incluído no valor contábil do ativo no momento em que for provável que os benefícios econômicos futuros que ultrapassem o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente fluirão para a Companhia. As principais renovações